Desafios e Perspectivas para o Acesso à Justiça no Brasil: A Mediação e a Inclusão Digital".

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Marcia Carolaine Lima Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O direito ao acesso à justiça, garantido pela Constituição de 1988, assegura atendimento jurídico gratuito aos necessitados, mas enfrenta obstáculos, especialmente para comunidades vulneráveis. Apesar das garantias do Código de Processo Civil, a lentidão e a burocracia do sistema judicial são desafios significativos. Além disso, muitos não têm acesso ou conhecimento sobre resolução consensual de conflitos, como a mediação.
A Lei nº 13.140/2015 regulamenta a mediação como alternativa de resolução de conflitos, mas sua utilização é inadequada e mal divulgada entre grupos vulneráveis. Análises de Mauro Cappelletti e Bryant Garth indicam que as reformas têm sido lentas e insuficientes.
A digitalização do judiciário traz novos desafios, como a exclusão digital, já que o Processo Judicial Eletrônico (PJe) pode dificultar o acesso a quem não possui tecnologia ou habilidades digitais.

Objetivo

Discutir os desafios do acesso à justiça no Brasil, especialmente para comunidades vulneráveis.
Destacar barreiras como a lentidão do sistema judicial e a falta de conhecimento sobre mediação. E Analisa a Lei nº 13.140/2015, que regulamenta a mediação, e enfatiza a necessidade de reformas ao mesmo tempo abordar a exclusão digital na era da digitalização do judiciário e propor políticas pública.

Material e Métodos

Revisão Bibliográfica: A pesquisa inclui uma análise de literatura existente sobre acesso à justiça, mediação e os desafios enfrentados por comunidades vulneráveis. Isso abrange livros, artigos acadêmicos e relatórios de órgãos oficiais.
Análise de Leis e Regulamentações: A análise da Lei nº 13.140/2015 e do Código de Processo Civil ajuda a entender o arcabouço legal que regula o acesso à justiça e a mediação.
Referências Teóricas: O uso das teorias de Mauro Cappelletti e Bryant Garth sobre ondas regulatórias ajuda a estruturar a análise e a argumentação.

Resultados e Discussão

texto evidencia que, apesar das garantias constitucionais, o acesso à justiça é dificultado por fatores como lentidão

do sistema judicial e falta de conhecimento sobre resolução consensual de conflitos, como a mediação. A pesquisa aponta que as reformas no sistema judicial, como sugerido por Cappelletti e Garth, têm sido lentas e insuficientes para atender às novas demandas sociais. A discussão conclui que, para garantir que todos, especialmente os mais vulneráveis, possam usufruir do sistema judicial, é fundamental implementar políticas que assegurem tanto o acesso físico quanto digital à justiça.

Conclusão

Portanto, apesar das garantias legais de acesso à justiça no Brasil, muitos desafios persistem, especialmente para comunidades vulneráveis. A mediação, embora uma alternativa promissora, é frequentemente mal utilizada e pouco divulgada. Assim, somente por meio de uma abordagem abrangente, que considere tanto reformas estruturais quanto a capacitação da população, será possível garantir que o direito à justiça seja efetivamente exercido por todos.

Referências

Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant. Access to Justice: A World Survey. 1979. — Um estudo abrangente sobre as barreiras ao acesso à justiça e as reformas necessárias.
Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). — Estabelece normas sobre o processo civil e o acesso à justiça.
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Regulamenta a mediação como método de resolução de conflitos.